

**RETÓRICA, METAFÍSICA E VERDADE:
A CONDIÇÃO HETERONÍMICA DO HOMEM**

Gabriel Cid de Garcia (UERJ)

gcidgarcia@gmail.com

Ana Lúcia M. de Oliveira (UERJ)

almoliva@ig.com.br

Dentre os escritos em prosa de Fernando Pessoa, uma passagem nos convida a introduzir a problemática deste texto: “A certeza isto é, a confiança no caráter objetivo das nossas percepções, e na conformidade das nossas idéias com a “realidade” ou a “verdade” – é um sintoma de ignorância ou de loucura” (Pessoa, 2005, p. 558). Esta breve e esparsa consideração sugere que a realidade almejada pelo poeta não se confunde com a realidade do que há e do que é. Sua realidade, em sendo realidade poética, engloba também o campo daquilo que não há, daquilo que não é, abarcando de súbito o *ser* e o *não-ser*.

É por acreditarmos que a tensão evidenciada entre estas duas instâncias diz algo a respeito da literatura e do pensamento, que nos propomos aqui a investigá-la a partir de Fernando Pessoa. A heteronímia pessoana, à medida que confere uma diversificação de vozes que reclamam lugares diferenciais para o surgimento de um sujeito que é desde sempre múltiplo, parece conter em si uma potência retórica impessoal que, ao conseguir tornar audíveis as forças inauditas que permeiam o âmbito das sensações, nos permite rever a própria constituição dos discursos verídicos, pensando a própria história da metafísica ocidental como uma exímia construção retórica de domesticação do pensamento.

Se formos localizar temporalmente o afastamento da dimensão do poético em relação ao pensamento, teríamos que constatar o fato de que nossa cultura vem sendo palco de um enfrentamento que o promove desde os primeiros passos ensaiados na direção de um dogmatismo tradicional impulsionado pela apropriação de idéias das chamadas filosofias representacionais. O mote que é delineado por estas idéias é, em resumo, a recusa metafísica de tudo que é imediato, de tudo que, no mundo onde vivemos, em nossa vida, demonstre

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

mutabilidade, transitoriedade e movimento, englobando as diferenças que existem no mundo em uma identidade que as represente de acordo com critérios inteligíveis.

Em um livro dedicado à relação entre Filosofia e Poesia, María Zambrano aproxima a poesia da embriaguez, do irracional, da tentativa de expressar o inexprimível, ao passo que delimita a filosofia ao campo da razão. O filósofo estaria preocupado com alguma totalização, uma unificação de sentido, enquanto o poeta resguardar-se-ia ao direito de querer não o todo, por crer que nesta remissão à totalidade não estivessem devidamente efetuadas a pluralidade de sentidos e todas as coisas em sua singularidade, assim como seus matizes mais ínfimos.

Nas palavras de Zambrano, “tudo tem direito a ser, até o que não pôde ser jamais” (Zambrano, 2001, p. 22), exercendo, portanto, uma justiça caritativa²¹. Não interessa, ao filósofo, as aparências, pelo motivo da certeza objetiva de seu perecimento, de sua permanência limitada, enquanto o poeta, justamente pelo motivo pelo qual o filósofo as repugna, se apegava a elas de forma irrefreável, por perceber-se também, assim como as coisas, no movimento mesmo deste fluxo. Para melhor exemplificar o ofício do poeta, Zambrano relembra um conto de um imperador da China que ordenou que tocassem uma terna melodia para acompanhar o desabrochar das flores. A atenção ao que é singular em cada instante, o apego ao que é fugaz, resulta diretamente de uma inserção profunda no devir, que faz com que o poeta se perca diante dos processos que se sobrepõe em meio às mudanças da vida, e que também evidenciam seu perecimento e renovação. O poeta não atribui ao *ser* apenas uma função copulativa que admitiria predicados específicos, mas percebe a diversidade e a virtualidade infinita das coisas em mutação, insuflando na linguagem

²¹ Se entendermos o poeta dirigindo-se contra a ordem, estabelecida diante da unidade que o filósofo evoca, então ele está do lado da destruição, do irracional, e portanto, da ameaça à lei. A justiça apregoada pelo filósofo, e sobretudo, originalmente, Platão, adviria uma justiça “mais justa”, benéfica, caritativa, da poesia, que não se contenta com o fato de que cada coisa seja somente um predicado, que cada coisa não possa exceder ainda mais e infinitamente seus limites. A justiça caritativa, portanto, pode desfazer a violência imposta pela tirania da Justiça que não faz senão fixar aquilo que é inexprimível, definir a essência imutável de cada coisa, ignorando o devir.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma autonomia que a garante enquanto realidade efetiva, prescindindo de qualquer juízo que possa classificá-la.

Os valores tradicionais da civilização ocidental, sobretudo a crença na ciência ditada pelo apego à idéia de verdade e aos valores imutáveis, produziram um lugar privilegiado para a razão, possibilitando a manutenção de um estado de coisas que busca legitimar a vida segundo critérios que lhe são alheios. Esta negação e redução da vida diz respeito à tradição metafísica do pensamento ocidental, que delegou ao Ser uma posição de destaque. Desde os pensadores antigos, inauguradores de uma tradição do pensamento que opera a desvalorização das sensações em prol do intelecto, da dimensão inteligível do homem, todas as singularidades existentes foram pouco a pouco colocadas de lado enquanto se exercia o lento empreendimento da elaboração de um mundo ocidental erigido segundo formas universais que são meras generalizações. A própria idéia de unidade só pode advir se for abstraída de um conjunto de singularidades, a partir daquilo que se dá na vida, na realidade imediata.

Desta forma, uma vez instaurada a atitude metafísica, o que se tem é o esquecimento da realidade arcaica e selvagem, substituída por sua análoga racional, universal, onde as coisas são afastadas de suas singularidades quando se erige verticalmente um paralelo para instaurar um princípio ou aspecto geral possuidor de inteligibilidade, de um estatuto de superioridade hierárquica em relação às singularidades. Aquilo que percebemos por meio dos sentidos é passível de ser tomado por ilusão, erro, e por isso a tradição inferioriza a sensibilidade, sem se atentar para o fato de que os próprios critérios que definem a verdade do que percebemos são passíveis de contestação.

Fernando Pessoa, ao problematizar, de forma descontínua, ao longo de toda sua obra, o drama da metafísica em crise, nos ajuda a perceber a necessidade do esvaziamento dos limites impostos pelos moldes da tradição. É por meio do fingimento que Pessoa destitui qualquer instância objetivante de seu lugar, restituindo à vida a fluidez, a possibilidade do engano, ao mesmo tempo em que evidencia o esgotamento das formas de compreensão do mundo que insistem em afastar, em nome de uma imagem da verdade, o discurso filosófico do poético.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

Desde a aurora da história do pensamento, a razão tem sido associada e confundida com algo de superior, distinguindo-se como uma faculdade de um sujeito que pode, por meio da reflexão, formular alguma verdade que seja universalmente válida.

A impossibilidade de se ver as coisas do mundo em sua singularidade resulta em uma operação que vai sempre subsumir as coisas a uma unidade, a um conjunto que as integre. Esta redução é, para o mestre dos heterônimos Alberto Caieiro, uma das doenças das quais sofre Álvaro de Campos e todo homem que vive a má-disposição, distribuindo e setorializando o real em compartimentos e funções que tiram das próprias coisas sua individualidade, sua singularidade, seu valor enquanto coisa existente. Os versos de Campos, que problematizam sua condição, afirmam o estado por excelência não apenas dele como homem, mas da própria humanidade, o mero e intransponível fato de ser homem vivendo sob os auspícios de um ocidente demasiado civilizado, i.é, artificializado, afastado do que é próprio ao homem, gerando toda sorte de angústia e má-disposição.

Afinal, a melhor maneira de viajar é sentir.
Sentir tudo de todas as maneiras.
Sentir tudo excessivamente,
Porque todas as coisas são, em verdade, excessivas
E toda a realidade é um excesso, uma violência,
Uma alucinação extraordinariamente nítida
Que vivemos todos em comum com a fúria das almas,
O centro para onde tendem as estranhas forças centrífugas
Que são as psiques humanas no seu acordo de sentidos. (*Ibidem*, p. 103)

A realidade é, portanto, entendida como um excesso, como tardia, um acessório imposto à dimensão sensível. Enquanto alucinação vivida pela estranha tendência à centralização das psiques humanas, o mundo, notadamente aquele herdeiro da tradição do pensamento metafísico ocidental, aquele que faz com que sejamos um “monte confuso de forças cheias de infinito / Tendendo em todas as direções para todos os lados do espaço” (*Ibidem*, p. 103), se configura como um teatro, ou já como um grande cinema, visto que suas expressões são descontínuas, não-lineares, remetendo a uma temporalidade pura, não cronológica.

Dentro de mim estão presos e atados ao chão
Todos os movimentos que compõem o universo,
A fúria minuciosa e dos átomos,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A fúria de todas as chamas, a raiva de todos os ventos,
A espuma furiosa de todos os rios, que se precipitam (*Ibidem*, p.107).

A realidade é já cortada por fluxos impessoais pré-individuais que engendram atmosferas variadas, plurais, de consistências variáveis, onde a vida de um indivíduo é liberada tanto da vida interior como da exterior, permanecendo neste meio, neste estado neutro entre o que somos e os personagens que nos atravessam, onde o homem não seria mais que “um formidável dinamismo obrigado ao equilíbrio” (*Ibidem*, p. 107).

A partir desta potência expressiva impessoal, que se afasta de modelos e estruturas, podemos entender todo e qualquer discurso como que indissociáveis em seu fundo, uma vez que se produziriam, sem exceção, de perspectivas singulares, contingentes, sempre atrelados a uma malha de interesses. Para evidenciar de forma mais específica a relação da metafísica ocidental com a verdade, seria interessante buscar, nas primeiras investigações de Nietzsche sobre a arte retórica, o estofamento próprio para designarmos aquilo que viemos tentando pensar, com Fernando Pessoa, como uma condição heteronímica do homem.

O filósofo alemão designa a retórica como uma arte inconsciente que se encontra sempre já em processo no próprio devir da linguagem, não existindo, portanto, nenhuma pretensa naturalidade de discursos que se proclamaria não-retórica, sendo a linguagem, ela mesma, “o resultado de artes puramente retóricas” (Nietzsche, 1999, p. 44). Desta forma, Nietzsche desloca a retórica de qualquer essencialidade, definindo-a como uma arte, uma técnica, além de traduzir sua imanência ao próprio ato enunciativo, oferecendo-nos um ferramental conceitual que nos permitirá entender a linguagem e a literatura associadas a uma dimensão impessoal, para além da subjetividade.

Ainda em seus escritos sobre a técnica retórica, Nietzsche compreende a potência retórica da linguagem como não reportando ao verdadeiro ou à essência das coisas, mas antes à capacidade de transmitir “uma emoção e uma apreensão subjetivas” (*Ibidem*, p. 45), onde o homem que produz, que engendra ou que molda a linguagem não apreenderia processos ou coisas reais do mundo, mas antes a própria maneira como nos relacionamos com ele. Ainda que a retórica, entendida, em um primeiro momento que podemos chamar de

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

clássico, como uma técnica e uma teoria das práticas do discurso e da argumentação, com fins de persuasão por meio da eloquência, tenha sido deposta pela modernização, pela constante assimilação dos ideais românticos e iluministas e por toda a hegemonia conquistada pelo conhecimento científico, o que se percebe, no percorrer dos problemas colocados pela tradição do pensamento ocidental, é uma construção sutil de dispositivos de controle do pensamento a partir de um uso da linguagem que instaura, até mesmo nesta tendência anti-retórica advinda do gradual surgimento da técnica e do discurso pretensamente neutro da ciência, um campo difuso para a atuação do discurso, onde este mesmo discurso que pretende a neutralidade já é desde sempre movido por interesses, ainda que impessoais, inconscientes, não localizáveis. Neste sentido, todo o percurso da metafísica estaria sempre já imbricado em uma teia retórica, sendo a divisão em partes e fases específicas, que constituiriam um saber homogêneo, linear e evolutivo, uma mera abstração de pontos onde um determinado tipo de tendência em relação às técnicas discursivas se coagou e se manteve como hegemônico, embora a potência retórica fosse a mesma em todos os períodos e em todas as épocas.

A aceitação deste percurso significador, que se caracteriza pela criação de um duplo do real, de uma instância transcendente que autorize e legitime a vida e o mundo, poderia revelar, em seu próprio movimento, uma disposição retórica imanente ao pensamento e à vida, embora traduzido sob uma roupagem anti-retórica que privilegia a objetividade, a clareza, a transparência e a neutralidade de seus discursos. Logo, se admitimos esta chave teórica, não seria arriscado dizer que a própria história do pensamento, privilegiando a idéia de verdade, não cessou de incorrer em uma conjunção de arbitrariedades que se convencionou chamar de mundo, natureza e homem. Se pensarmos, levando em conta a despersonalização pessoal, que todo discurso é, em seu fundo, heteronímico, podemos pensar a obra de Pessoa como lugar exemplar que nos dá a ver o embate violento entre aquilo que somos – os indivíduos e sujeitos constituídos – e as forças inauditas que nos constituem, problematizando qualquer instância central da consciência, qualquer razão unificadora para a expressão poética.

Contestando a idéia de razão, tal qual entendida tradicionalmente, não é raro encontrar, em partes diversas de sua obra, uma a-

apresentação e tematização da desrazão. A própria literatura, seguindo a definição de Gilles Deleuze, em *Crítica e Clínica* (2004, p. 11), é delírio, e escrever é sempre um caso de devir, que se perfaz, sobretudo, no inacabamento, na capacidade de extravasar a cotidianidade. O que Deleuze entende por devir não é o movimento pelo qual se viria a atingir uma forma, mas precisamente o ato mesmo de “encontrar uma zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação” (*Ibidem*, p. 11) com aquilo sobre o que se escreve, de modo que o que está em jogo, ao escrever, é não apenas a criação de um outro lugar, mas o encontro, o embate, entre a pessoa que escreve e uma dimensão impessoal, que aparece como um outro espaço daquele da consciência, da certeza e da identidade, pois a literatura “só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu.” (*Ibidem*, p. 13).

Convém marcarmos um dos escritos de Pessoa – a célebre carta de 13 de janeiro de 1935, ano de sua morte, endereçada a Adolfo Casais Monteiro –, onde discorre sobre a gênese heteronímica e suas componentes clínicas. Afirma nela Pessoa: “A origem dos meus heterônimos é o fundo traço de histeria que existe em mim.” (Pessoa, 2005, p. 95). Procurando explicar objetivamente a heteronímia, o autor opta por uma designação científica. Esta escolha, porém, pode se revelar dúbia, ainda que não se assuma como tal, uma vez que, diagnosticando-se como histérico, o próprio autor se enquadra clinicamente e se posiciona como alguém não tão capacitado para protocolar um parecer objetivo. Prossegue Pessoa:

Desde criança, tive a tendência para criar em meu torno um mundo fictício, de me cercar de amigos e conhecidos que nunca existiram. (Não sei, bem entendido, se realmente não existiram, ou se sou eu que não existo. Nestas coisas, como as outras, não devemos ser dogmáticos.) Desde que me conheço como sendo aquilo a que chamo eu, me lembro de precisar mentalmente, em figura, movimentos, caráter e história, várias figuras irrealis que eram para mim tão visíveis e minhas como as coisas daquilo a que chamamos, porventura abusivamente, a vida real. (*Ibidem*, p. 95).

Fica claro nesta passagem epistolar que já estamos, com Pessoa, de saída, no âmbito da ficção, até mesmo por acreditar ele que a própria *vida real* é uma denominação abusiva, deturpada, excessiva. Se ele existe em meio aos entes fictícios, sendo ele mesmo alguém que talvez não exista senão como efeito daqueles, então o quadro

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

clínico não pode se manter também senão como mais uma ficção. Talvez o mais interessante seja notar que esta citação provém do Pessoa real, que aparece, também, já totalmente questionado e invertido.

À guisa de conclusão, convém salientarmos a importância de seu heterônimo louco e filósofo, António Mora. Este interno de uma casa de saúde ousou também fazer um diagnóstico do mundo moderno. Para ele, o homem sofre de uma doença que teria sido efeito do gradual afastamento das sensações em detrimento do intelecto. Para ele, nossas idéias de alma e de consciência são projetadas a partir da abstração das qualidades daquilo que percebemos na sensibilidade, na natureza, no mundo. De acordo com Mora, “as idéas abstractas são apenas elementos de que uma individualidade com um *systema nervoso superior* carece para poder viver. Erigir essas idéas em cousas (como faz Platão) é transformar um elemento pragmatico em uma entidade concreta.” (Pessoa, 2002, p. 296). De acordo com ele, todos os homens teriam a capacidade de figurar a realidade exterior como a vêem, mas fingindo em conjunto um destino que nos seria oculto, ignorando a dimensão sensível que teria um estatuto de anterioridade em relação às ficções que adviriam, em seu mais complexo grau, por um processo inteligível. Deste modo, é desde o âmbito do falso que podemos falar em qualquer interioridade, pois esta já seria tardia em relação à exterioridade, à impessoalidade que a possibilita:

Falsamente creamos a idéia de uma realidade interna. Realidade então é um conteúdo de termos. A idéia de realidade é coincidente com a de externo. Ao externo a devemos. No externo a vemos. A creança, mal toma consciencia, é do externo que a toma. Ter consciencia de si é semelhança. É translato e ficticio o processo pelo qual nos pensamos existentes. Penso, portanto existo, disse Descartes. Pensa-se, devia dizer. Ao dizer penso, o philosopho faz introduzir absurdamente no pensamento um conhecimento do eu que nenhuma intelligencia faz alli apparecer. (*Ibidem*, p. 299).

Atestando a coincidência entre a realidade e uma dimensão de exterioridade, Mora enfatiza o caráter fictício da assunção de qualquer realidade interna, de um psiquismo que possa reclamar para si alguma identidade. Este teria sido o erro cartesiano, quando destituiu o pensamento de seu livre escoamento impessoal para aprisioná-lo sob a forma da determinação do *cogito*, eliminando assim sua concretude. Mora, no entanto, é um desviante, alguém diagnosticado

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como doente mental, enquanto ele mesmo, desde sua condição sanatorial, procura diagnosticar o próprio mundo pautado pelos valores que possibilitam seu diagnóstico, seu posicionamento enquanto interno. Encarnando esta tensão entre interior e exterior, pode-se pensar, com a ajuda de Deleuze, que “um escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo.” (Deleuze, 2004, p. 13-14). Associada a esta dimensão impessoal, podemos concluir que a intensidade da obra de Pessoa oferece a possibilidade de se pensar uma condição heteronímica do homem, já que ela mesma pode ser entendida sempre já enquanto lugar irreal de realização de certos nomes, identidades que viriam a preencher, retórica e poeticamente, determinados espaços. Não só há o desdobramento em outros nomes, mas em outros espaços que, ao estabelecerem uma demarcação que leva em conta a aparência, as sensações, os interesses e as perspectivas próprias de cada um, garantem para cada nome uma autonomia, uma suficiência que questiona a necessidade ou possibilidade de um nome último ou primeiro.

É por meio da escrita que o acontecimento Pessoa se realiza enquanto dispersão, dando a ver, com a potência impessoal de sua obra, o estatuto de anterioridade da heteronímia em relação ao aparecimento dos nomes, ao mostrar que a metafísica não está isenta de aspectos interessados e contingentes, ou ainda, restituindo ao falso, à desrazão, seu espaço historicamente saqueado pela verdade, pela razão. Se a linguagem pode encarnar uma potência que possibilita a produção de um efeito, e que este não mantém com o verdadeiro nenhuma filiação, podemos concluir que a heteronímia pessoana traz ao mesmo tempo a denúncia e a teoria, portanto, de um processo de despersonalização da consciência tal qual entendida e valorizada pela tradição do pensamento ocidental, realizando o ocultamento da instância identitária na medida em que dá voz à multidão que se impõe.

AD – ANÁLISE DO DISCURSO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *Da retórica*. Trad. Tito Cardoso e Cunha. Lisboa: Veja, 1999.

PESSOA, Fernando. *Obras de Antônio Mora*. Edição crítica de Fernando Pessoa. Série Maior, vol. VI. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2002.

———. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

———. *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Ática, 1951.

ZAMBRANO, María. *Filosofía y poesía*. México: FCE, 1996.